

economia Brasil

Não é hora de relaxar

Deu na revista *The Economist*, leitura obrigatória nos centros financeiros internacionais: "Apesar de todas suas realizações em outras áreas, a Argentina fez menos do que, por exemplo, o Brasil para reordenar suas finanças públicas, especialmente das Províncias, e para aumentar a eficiência da burocracia do governo federal" (edição de 18 de novembro, página 26).

Eis aí: o Brasil alçado à categoria de exemplo de austeridade fiscal. E, quem diria, esse exemplo ilustrado especialmente pelas contas dos governos estaduais, que durante décadas foram exemplos exatamente opostos, de fonte de déficits fiscais.

Já os relatórios mais recentes mostram que as contas estaduais são, hoje, em geral, superavitárias, como comentamos em editorial de ontem.

Nada disso aconteceu por acaso. Resulta, ao contrário, de um paciente e obstinado trabalho de ajuste comandado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. Incontáveis horas de negociação com todos os governadores e a administração de pressões políticas variadas – fisiológicas e ideológicas – terminaram com os

acordos de renegociação de dívidas de todos os Estados.

Saiu caro para o governo federal e, pois, para os contribuintes brasileiros. Brasília assumiu a dívida estadual – algo perto dos R\$ 150 bilhões – e a financia a juros de mercado, hoje pouco superior aos 17% ao ano. Os Estados pagam em 30 anos, com juros e correção que não chegam aos 10%. E, para amortizar parte das dívidas, os Estados tiveram que privatizar.

Mas, como se vê agora, principalmente à luz da lancinante crise argentina, valeu a pena.

Ainda está longe, porém, o momento de cantar vitória e relaxar o esforço. O equilíbrio conquistado é instável, permanece intocado o buraco negro da previdência do setor público, e o Brasil continua vulnerável nas suas contas externas. Na falta de superávit no comércio, o déficit está sendo coberto por investimentos externos diretos – cerca de US\$ 30 bilhões só neste ano –, mas esta fonte não é permanente. Depende do cenário internacional, de modo que neste ponto a situação brasileira permanece inalterada: o desempenho econômico depende da dispo-

nibilidade de capital e financiamento externo.

A diferença é o atual equilíbrio das contas internas, respaldado, agora, vigorosamente, pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Uma enorme diferença. Os leitores lembram-se do que aconteceu em períodos recentes, quando o País foi apanhado pela turbulência internacional tendo suas contas públicas em estado lastimável. O preço pago foi recessão, queda da renda nacional.

Hoje há diversos problemas e ameaças no cenário externo: a crise Argentina, a ainda incerta desaceleração dos Estados Unidos, o aumento das taxas de juros para as empresas americanas e a retração dos investidores em papéis dos países emergentes. Não é pouca coisa.

E o que acontece no Brasil?

A taxa básica de juros permanece estável em 16,5% há cinco meses, mas não precisou ser elevada. E os juros reais, em torno dos 10%, são os mais baixos desde muitos anos. A cotação do dólar subiu, mas isso não é mais

ameaça à estabilidade. O ritmo de crescimento sofreu uma desaceleração, mas ainda assim o Produto Interno Bruto está se expandindo na faixa dos 4% anuais, mais do que razoável.

Ou seja, em vez de crise financeira e recessão, temos juros estáveis e crescimento econômico, embora um pouco menor. Não pode haver demonstração mais evidente de que os fundamentos internos são a garantia contra tur-

bulências externas.

Mas, insistimos, não é ainda o momento de relaxar no ajuste fiscal e aumentar os gastos públicos, como reclamam até mesmo ministros do governo FHC. Na verdade, o quadro atual demonstra que a austeridade fiscal não é política para momento de crise. É norma permanente.

E não se diga que austeridade impede o crescimento. É justamente o contrário: o crescimento da economia brasileira neste momento tem como base exclusivamente o ajuste conseguido nos últimos dois anos.

O equilíbrio conquistado ainda é instável, pois há contas vulneráveis